Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	7
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	8
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	15
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	16
10.5 - Políticas contábeis críticas	17
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	22
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	23
10.8 - Plano de Negócios	24
10.9 - Outros fatores com influência relevante	26

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrição de gerenciamento de riscos e de riscos de mercado adotada pela Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos

a) Riscos para os quais busca proteção e b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A organização tem a orientação estratégica de conduzir seus negócios de forma segura, transparente e conservadora, com o foco primordial em buscar a maximização dos resultados através das atividades específicas da Companhia, estabelecidas em seu Estatuto Social (*core business*). Desse modo, o corpo de seus principais executivos estabelece políticas internas que visam proteções naturais para os riscos de abastecimento de matéria-prima, riscos mercadológicos, risco de crédito, e riscos de liquidez e *funding*, além da tradicional terceirização do risco patrimonial e de responsabilidade civil, através da gestão de contratos de seguro.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A empresa busca viabilizar proteções naturais para mitigar riscos. Dentre elas, encontram-se: Níveis mínimos de estoque de matéria-prima de acordo com a safra de arroz e a demanda doméstica e internacional; organização, estudos e avaliações quanto à demanda do varejo brasileiro e mercado de exportações, além do monitoramento das ações da concorrência; utilização de ferramentas de análise técnica e gestão de crédito; determinação e manutenção de níveis mínimos de liquidez financeira e política clara de financiamento da operação e para investimentos; além da própria utilização de recebíveis em moeda estrangeira como *hegde* natural às importações da companhia.

Nas operações específicas onde matéria-prima importada compõe de forma substancial mercadorias vendidas no mercado interno, há uma política comercial clara de proteção de margem quanto às variações cambiais através de ajuste de preços de venda, como também operações com fator de ajuste de preço variável dependendo da variação cambial da matéria-prima.

Seguros

Em relação à proteção do imobilizado e responsabilidade civil da companhia, a empresa se utiliza do mercado segurador brasileiro e da contratação de apólices específicas no sentido de terceirizar esse risco.

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total M\$	Vigência	
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial - Riscos Nomeados	115.000	Dezembro 2022	
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Dezembro 2022	
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Dezembro 2022	

PÁGINA: 2 de 2

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2021
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Março 2021
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacion al IMP	US\$ 3.000.000	Março 2021
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacion al EXP	US\$ 1.000.000	Março 2021

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza parâmetros próprios determinados por seus principais executivos, de acordo com a estratégia global da organização e da percepção de fatores externos. Em casos específicos como na gestão financeira corrobora políticas e objetivos de acordo com a comparação de índices de liquidez, endividamento, medidas de inadimplência de carteira e provisão com outras empresas do mesmo porte e segmento.

e) Instrumentos Financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

A empresa não possui qualquer instrumento de Hedge financeiro contratado, que não as operações de SWAP para troca de moeda (moeda estrangeira => CDI) descritas no item 5.1..

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura da Companhia responsável pelo controle e gerenciamento de riscos é composta pelo grupo gerencial e diretoria executiva.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia dispõe da Auditoria externa e de um Conselho de Administração ativo como ferramentas de fiscalização das políticas adotadas e objetivos perseguidos pelo grupo gerencial e dos diretores executivos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

5.2. Descrição do gerenciamento de risco de mercado

Respondido no item 5.1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Controles internos

- a) Principais práticas: Análises de relatórios no ERP principal e ERP gerencial da companhia, bem como confronto de informações com planilhas auxiliares de gestão e relatórios contábeis da empresa.
- b) Estruturas organizacionais envolvidas: Grupos mistos que englobam Diretoria, Gerências, Coordenadores e supervisores de área em estruturas de linha e cruzadas entre áreas distintas.
- c) A eficiência dos controles é supervisionada diretamente pelo Diretor Administrativo Financeiro e pelo Diretor Operacional da Companhia.
- d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório de auditoria independente: a Administração da companhia entende não haver deficiências significativas e relevantes que justifiquem ênfase nessa seção.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 Programa de Integridade

a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando:

A Companhia estruturou ao longo do ano de 2019 os principais pilares de seu Programa de Compliance, reforçando seu compromisso com a ética e integridade, assim como desenvolveu políticas, procedimentos e práticas para evitar, detectar e combater atos contrários às leis e regras internas.

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e práticas são adaptadas

A Companhia possui Código de Ética voltado para todos os colaboradores, independentemente de cargo ou função exercida, bem como aos fornecedores, representantes, produtores, prepostos, prestadores de serviços, intermediários, parceiros, sócios e todos aqueles que de alguma forma representem a empresa. Além disso, promoveu treinamento das lideranças em suas diferentes unidades.

As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia formou o Comitê de Ética e Compliance, órgão de assessoramento da Diretoria, a quem incumbe implantar as atividades previstas no trabalho de estruturação do Programa de Compliance. A instauração do Comitê foi formalmente aprovada em reunião da Diretoria datada de 10 de dezembro de 2018.

Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado

A Companhia possui um Código de Ética voltado para todos os colaboradores, independentemente de cargo ou função exercida, bem como aos fornecedores, representantes, produtores, prepostos, prestadores de serviços, intermediários, parceiros, sócios e todos aqueles que de alguma forma representem a empresa. O Código foi aprovado pela Diretoria em reunião datada de 23 de julho de 2019.

a. Se o emissor possui canal de denúncia

A Companhia possui o canal de comunicação através do e-mail ouvidoria@josapar.com.br, ferramenta pela qual está apta a receber reclamações, sugestões, elogios, denúncias e solicitação de informações.

b. Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Não aplicável à Companhia, uma vez que não realizou tais operações.

c. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não obstante a pouca interação com a Administração Pública, a Companhia está estruturando seu Programa de Compliance.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos de mercado à que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada

O ano de 2020 foi marcado pela evolução da Pandemia do COVID-19 no Brasil e no mundo, que trouxe consigo uma mudança importante nos hábitos de vida e consumo nunca antes experimentados pela sociedade, provocando impactos nos mercados e na economia tanto em âmbitos local, regional e global. Termos como isolamento social, distanciamento, e lockdown se tornaram cotidianos, e com isso as pessoas, empresas e comunidades se viram obrigadas a reorganizar suas atividades em prol da segurança sanitária.

O segmento em que a Companhia opera majoritariamente suas atividades, alimentação, é essencial para a vida das pessoas. Nesse sentido a empresa tomou todas as medidas sanitárias e de segurança relacionadas a seus fornecedores, colaboradores e clientes, o que a permitiu trabalhar de forma ininterrupta desde o início da declaração do estado de Pandemia até os dias de hoje, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Momentos de isolamento social, com novos hábitos familiares de consumo em casa, proporcionaram a maior procura por alimentos essenciais de reconhecida qualidade e excepcional rendimento, como as marcas de arroz e feijão que a Companhia produz. Esse aumento da demanda no mercado interno e externo, aliado à atividade ininterrupta da Josapar em todos os momentos, contribuiu positivamente para o desempenho da organização no ano de 2020.

A economia diante desse contexto extraordinário e de extremos, com muitos segmentos impactados negativamente e alguns positivamente com a pandemia, incorreu no afrouxamento fiscal como forma de manutenção de renda e sobrevivência da população, como o auxílio emergencial e medidas pela manutenção do emprego formal.

A Selic caiu sequencialmente ao longo do ano, passando de 4,5% até fechar o exercício na sua mínima histórica de 2%aa, enquanto o câmbio desvalorizou. O dólar médio de 2020 alcançou R\$ 5,20 enquanto em 2019 fora de R\$ 3,95, ajudando a potencializar as exportações.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2019/2020 apresentou uma produção de 11,2 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 7,9 milhões de toneladas, safra superavitária em 0,8 milhões de toneladas quando comparada à de 2018/2019. A produtividade média no Brasil foi 10% maior, de 6.713Kg/ha contra 6.153kg/ha. O aumento de produtividade e da oferta de arroz na safra não foi suficiente para conter a pressão no nível de preços ocasionado pelo aquecimento da demanda interna e externa do grão, e o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2020 foi de R\$ 71, bem acima dos R\$ 42,5 no exercício de 2019.

A margem bruta da Companhia foi de 27,4% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 428 milhões). A variação no nível de preços da principal matéria prima da Companhia e a crescente competitividade do setor no Brasil influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R\$ 473 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 28,8 milhões. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 148 milhões, contra R\$ 64 milhões no final do exercício anterior. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Essa conjuntura de oferta e demanda, volatilidade dos preços da matéria prima, e as medidas de garantia de renda do governo para a população nesse cenário atípico de Pandemia contribuíram para as margens e rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2020 atingiu R\$ 31,8 milhões (R\$ 3.007 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2019 foi de R\$ 10,6 milhões (R\$ 1.010 pelo lote de 1.000 ações).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6. Outras informações relevantes sobre política de gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações consideradas relevantes pela Administração da companhia sobre política de gerenciamento de riscos e controles internos.

10. Comentários dos Diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

(a)Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O ano de 2020 foi marcado pela evolução da Pandemia do COVID-19 no Brasil e no mundo, que trouxe consigo uma mudança importante nos hábitos de vida e consumo nunca antes experimentados pela sociedade, provocando impactos nos mercados e na economia tanto em âmbitos local, regional e global. Termos como isolamento social, distanciamento, e *lockdown* se tornaram cotidianos, e com isso as pessoas, empresas e comunidades se viram obrigadas a reorganizar suas atividades em prol da segurança sanitária.

O segmento em que a Companhia opera majoritariamente suas atividades, alimentação, é essencial para a vida das pessoas. Nesse sentido a empresa tomou todas as medidas sanitárias e de segurança relacionadas a seus fornecedores, colaboradores e clientes, o que a permitiu trabalhar de forma ininterrupta desde o início da declaração do estado de Pandemia até os dias de hoje, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Momentos de isolamento social, com novos hábitos familiares de consumo em casa, proporcionaram a maior procura por alimentos essenciais de reconhecida qualidade e excepcional rendimento, como as marcas de arroz e feijão que a Companhia produz. Esse aumento da demanda no mercado interno e externo, aliado à atividade ininterrupta da Josapar em todos os momentos, contribuiu positivamente para o desempenho da organização no ano de 2020.

A economia diante desse contexto extraordinário e de extremos, com muitos segmentos impactados negativamente e alguns positivamente com a pandemia, incorreu no afrouxamento fiscal como forma de manutenção de renda e sobrevivência da população, como o auxílio emergencial e medidas pela manutenção do emprego formal.

A Selic caiu sequencialmente ao longo do ano, passando de 4,5% até fechar o exercício na sua mínima histórica de 2%aa, enquanto o câmbio desvalorizou. O dólar médio de 2020 alcançou R\$ 5,20 enquanto em 2019 fora de R\$ 3,95, ajudando a potencializar as exportações.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2019/2020 apresentou uma produção de 11,2 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 7,9 milhões de toneladas, safra superavitária em 0,8 milhões de toneladas quando comparada à de 2018/2019. A produtividade média no Brasil foi 10% maior, de 6.713Kg/ha contra 6.153kg/ha. O aumento de produtividade e da oferta de arroz na safra não foi suficiente para conter a pressão no nível de preços ocasionado pelo aquecimento da demanda interna e externa do grão, e o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2020 foi de R\$ 71, bem acima dos R\$ 42,5 no exercício de 2019.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2020 e 2019:

	2020 (R\$ Mil)	2019 (R\$ Mil)	Variação R\$ Mil e p.p.
Vendas Brutas	1.702.542	1.336.673	365.869
Vendas Líquidas	1.564.081	1.218.630	345.451
Lucro Bruto	428.046	334.935	93.111
% LB s/VL	27,4%	27,5%	-0,1 p.p.
Ebitda	138.535	45.953	92.582
% Ebitda s/VL	9%	4%	5 p.p.
Ebitda ajustado*	138.535	64.508	74.027
% Ebitda s/VL ajustado*	9%	5%	3 p.p.
Lucro Líquido controladores	31.829	10.686	21.143
% LL s/VL	2%	0,9%	1,1 p.p.

^{*}Ebitda ajustado: Visando a adequada comparação, apresentamos o cálculo ajustado aos efeitos de R\$ 18,6 milhões de outras despesas operacionais, extraordinárias à condução dos negócios da Companhia, referentes à realização de ações judiciais ativas e passivas ocorridas no primeiro trimestre de 2019.

A margem bruta da Companhia foi de 27,4% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 428 milhões). A variação no nível de preços da principal matéria prima da Companhia e a crescente competitividade do setor no Brasil influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R\$ 473 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 28,8 milhões. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 148 milhões, contra R\$ 64 milhões no final do exercício anterior. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Essa conjuntura de oferta e demanda, volatilidade dos preços da matéria prima, e as medidas de garantia de renda do governo para a população nesse cenário atípico de Pandemia contribuíram para as margens e rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2020 atingiu R\$ 31,8 milhões (R\$ 3.007 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2019 foi de R\$ 10,6 milhões (R\$ 1.010 pelo lote de 1.000 ações).

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações.

- A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a divida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.
- Resgate de ações, não se aplica a companhia.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A JOSAPAR é uma empresa sólida e cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras.

O fluxo de caixa operacional da companhia bem como os recursos disponíveis, é adequado para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela companhia.

Os investimentos em ativos não circulantes da companhia são realizados através de financiamentos específicos de longo prazo. Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e com o monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

Vide resposta da letra (d).

(f) Níveis de endividamento e financiamentos relevantes / (i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Quadro dos financiamentos existentes em 31/12/2020

Passivo circulante	Controladora e Consolidado	
Moeda Interna	31.12.2020	31.12.2019
Financiamentos para investimentos	7.421	6.710
Crédito Rural – recursos livres	113.030	160.913
Capital de giro	363.335	205.525
Total	483.786	373.148
Moeda estrangeira		
Financiamentos para investimentos	123	90
Capital de giro-FINIMP	63.574	41.503
Total	63.697	41.593
Total do circulante	547.483	414.741
Passivo não circulante	Controladora e Consolidado	
Moeda Interna	31.12.2020	31.12.2019
	·	

Figure de la contra del contra de la contra del la contra de la contra del la contra del la contra de la contra de la contra de la contra del la contra del la contra de la contra del la contra de	27.075	22.000
Financiamentos para investimentos	27.875	22.968
Capital de giro	357.901	337.604
Crédito Rural – recursos livres	75.809	135.450
Total	461.585	496.022
Moeda estrangeira		
Financiamentos para investimentos	-	150
Total		150
Total do não circulante	461.585	496.172
	Controladora e	Consolidado
Vencimentos de longo prazo	31.12.2020	31.12.2019
2021	_	295.483
2022	267.370	128.641
2023	144.996	53.370
2024	27.934	15.225
2025	18.948	1.791
2026	2.337	1.662
Total do não circulante	461.585	496.172
		Indexador Taxa
Investimentos em moeda na	cional	Pré-fixado 453% a a

	Indexador	Taxa	
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	4,53%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	TJLP	5,50%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	3,18%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	UMBNDES	3,30%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	TLP-IPCA	2,95%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	SELIC	3,82%	a.a.
Crédito Rural – Recursos livres	CDI	1,75%	a.a.
Capital de Giro - FINIMP	VC US\$	5,40%	a.a.
Capital de Giro	CDI	2,89%	a.a.

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA - BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% a.a. a 8,70% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratados em taxas pré-fixadas e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$ 12.234 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica a companhia, pois não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dividas

Não se aplica a companhia, pois não há grau de subordinação entre as dívidas.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e á alienação de controle societário.

Não se aplica a companhia, pois não há restrições impostas.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2020 com 2019 foram o aumento do saldo das contas de Disponibilidades, clientes e estoques e financiamentos de curto prazo. Clientes e estoques decorrentes do aumento do nível de preços das matérias primas, e dívida de curto prazo face ao aumento de spread bancários temporários diante da incerteza dos impactos da pandemia, o que acertadamente desestimulou a companhia a tomar dívida de longo prazo naquele momento.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar sobre:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

- O faturamento da organização está distribuído entre diversos produtos. Sua composição por linha de produtos foi:

	2020
Arroz Branco	56%
Arroz Parboilizado	12%
Produtos valor agregado	7%
Feijão	2%
Adubo	17%
Imóveis	3%
Demais Produtos	3%
Total	100%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria da prima do arroz, e sua variação no decorrer do exercício.

(b) Variações das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introduções de novos produtos e serviços

A aumento do faturamento bruto (R\$ 1,7 bilhão em 2020 contra R\$ 1,3 bilhão em 2019) é atribuída ao aumento do nível de preços no mercado.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (ex. energia, embalagens, mão de obra, prestação de serviços). O câmbio pode incrementar ou retrair a competitividade das exportações e a taxa de juros influi diretamente no volume de despesa financeira da Companhia, que por estratégia operacional se mantém alavancada.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica a companhia, pois não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

(b)Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

Não se aplica a companhia, pois não houve nova constituição, aquisição ou alienação societária.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica a companhia, pois não houve quaisquer eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Mudanças nas práticas contábeis — ressalvas e ênfases:

(a) Mudanças significativas nas praticas contábeis

Não se aplica a companhia, pois não houve mudança significativa nas praticas contábeis.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica a companhia, pois não houve mudança significativa nas praticas contábeis.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não se aplica a companhia, pois não houve ressalva ou ênfase no parecer.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Apuração do resultado: As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas de contratos com clientes provenientes da venda de produtos são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle sobre os produtos e serviços ao cliente bem como dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

Ativos e passivos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

 A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 6, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.

- As contas a receber de clientes s\u00e3o registradas pelo valor faturado, com prazos m\u00e9dios em torno de 61 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

Imobilizado, intangível e diferido:

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes.

Investimentos: Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representados por imóveis pertencentes à controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas as demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demais passivos circulantes e não circulantes: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

Imposto de Renda e contribuição social: Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Utilização de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

Provisões para contingências: A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Moeda: Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Arrendamento: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início. A Companhia mensurou seu passivo de arrendamento à melhor taxa estimada pela administração, taxa esta que reflete a taxa média incremental sobre seus empréstimos, na data da aplicação inicial.

Instrumentos Financeiros derivativos

A companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI, TJLP e TLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a companhia

contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2020 em R\$:

							Cenários	
							Cenário	
Risco: alta do	CDI	CDI dez20	2,00%	a.a.		Provável (I)	(11)	Cenário (III)
						manutenção	> 25%	> 50%
Efeito simula	ido até a data d	de vencimento	de cada	contrato	2,00%	2,00%	2,50%	3,00%
						CDI a.a.	CDI a.a.	CDI a.a.
Data base	Valor	spread	index	venciment	:0			
31/12/2020	R\$220.680	diversos	CDI	diversos		R\$228.822	R\$229.789	R\$230.760
		•				•	•	•

	_ 4	- 4	_ 4
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato	RŞ -	R\$967	R\$1.938

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º da Instrução CVM 475/08.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

- Planos de Pensão: Não se aplica a companhia, pois não há planos de pensão.
- Ajuste de conversão a moeda estrangeira: Não se aplica a companhia, não há.
- Custo de recuperação ambiental: Não se aplica a companhia, não há.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Ítens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras:

Não há ítens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Comentários sobre ítens não evidenciados:

Não há comentários sobre itens não evidenciados.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(ii) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 25,5 milhões e foram realizados em ativos estratégicos para o segmento imobiliário do grupo e na adequação e modernização tecnológica dos processos industriais.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos para os investimentos realizados foram obtidas através de financiamentos utilizando linhas dos BNDES em operações diretas e com a geração de caixa operacional da companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica a companhia, pois não houve, nem há desinvestimentos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há aquisição que influencie a capacidade produtiva.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento:

A Josapar mantém diversas pesquisas em produtos relacionados à cadeia do arroz, soja, subprodutos derivados destes grãos e insumos agrícolas. A administração entende que uma abordagem pública mais específica e detalhada sobre esse tema possa comprometer o sigilo sobre a vanguarda dos possíveis lançamentos futuros.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

R\$ 650 mil foram gastos no desenvolvimento de novos produtos no decorrer do exercício.

(iii) Projetos em andamento já divulgados:

Não se aplica a companhia, pois não há projetos em andamento divulgados.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Vide resposta item (ii).

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais ítens dessa seção:

Não se aplica à Companhia, pois não há outros fatores descritos nessa seção.